

Ambiente Político Brasileiro

Edição nº 9 – março de 2016

GOVERNABILIDADE

O Governo Dilma iniciou 2016 em situação crítica de governabilidade, agravada a partir da evolução das investigações da operação Lava Jato que atingem diretamente o núcleo político do PT, incluindo o ex-presidente Lula – que resultaram na ampliação das manifestações populares contra o Governo e na sinalização de distanciamento de partidos de sua base de sustentação.

Como efeito, a situação política brasileira encontra-se em grande instabilidade, com a definitiva retomada do processo de impeachment presidencial na Câmara dos Deputados em meio à crescente desagregação da base de apoio ao Governo; novos indícios de corrupção envolvendo políticos centrais da administração petista; e ampliação da manifestação popular pelo impeachment – que segundo a PM atingiu 3,6 milhões de pessoas por todo o País no dia 13 de março, sem considerar as manifestações na cidade do Rio de Janeiro. A perspectiva agora é que as atenções em Brasília se concentrem no processo de impeachment da presidente e nos desdobramentos da nomeação de Lula como Ministro-Chefe da Casa Civil no curso de uma investigação contra ele.

A prisão do então líder do governo no Senado Federal, **Delcídio do Amaral** (ex-PT/MS), no ano passado, culminou na divulgação de sua delação premiada com diversas menções à Presidente Dilma Rousseff e ao ex-presidente Lula como mentores de ações destinadas a interferir nas investigações, entre outros atos de corrupção, além de dar informações que ligariam os recursos doados às campanhas presidenciais do PT aos desvios investigados na operação Lava Jato.

A divulgação dessas informações foi seguida por nova fase da operação Lava Jato que teve Lula como principal foco – o que deixou o Planalto em alerta máximo, principalmente, devido à aplicação da **condução coercitiva do ex-presidente** para prestar depoimento na Polícia Federal. A condução foi alvo de ampla crítica por parte do Governo e parlamentares da base mais próximos. Por sua vez, Lula aproveitou a exposição para se promover politicamente, anunciando à militância sua candidatura à Presidência da República em 2018 e a retomada de suas viagens pelo País.

Após esses eventos, a **nomeação de Lula para ocupar um ministério** ganhou força, na expectativa de que sua presença no Governo poderia reconstruir os vínculos com os partidos da base e reanimar a militância do PT, além de levar as investigações contra ele para o Supremo Tribunal Federal (STF), evitando assim que ele pudesse ser preso preventivamente por uma decisão de um juiz de primeira instância – como chegou a ser pedido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

O anúncio oficial da nomeação de **Lula como o novo Ministro-Chefe da Casa Civil** ocorreu em meio à divulgação pela Justiça de gravações de ligações telefônicas do petista nas últimas semanas, incluindo conversas com os ministros Jaques Wagner (Chefia de Gabinete) e Nelson Barbosa (Fazenda) e com a presidente Dilma Rousseff, em que trata sobre articulações envolvendo o processo de investigação da Polícia Federal sobre ele. A divulgação dessas gravações agravou a crise política e foi alvo de protestos em diversas cidades. Por outro lado, também serviu para motivar a militância petista a voltar às ruas.

Ações populares contra a posse de Lula protocolizadas pela oposição e por movimentos sociais foram deferidas por juízes de primeira instância em diversos estados sob o argumento de que a nomeação caracterizaria obstrução da Justiça. O ministro Gilmar Mendes, um dos opositoristas ao atual Governo dentro do STF, acolheu um desses processos e suspendeu a posse de Lula – que ainda pode recorrer da decisão ao plenário da Corte.

A nomeação também levanta questionamentos sobre quem dará as cartas no Governo. A percepção inicial é que sua incontestável liderança no partido deve se sobrepor ao poder institucional de Dilma, podendo inclusive ensejar em mudanças na equipe econômica, com foco mais desenvolvimentista em contraposição ao ajuste fiscal. A transferência da Gestão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o comando de Lula demonstra a dimensão do poder que se pretende delegar ao novo ministro.

Por sua vez, **Michel Temer** aproveitou o momento para reconstruir sua liderança dentro do PMDB, reaproximando-se inclusive do presidente do Senado, Renan Calheiros – que vinha sendo uma das vozes do partido mais fortes em prol da manutenção da aliança da legenda com Dilma. As ações de Temer foram coroadas com sua recondução à presidência do partido, em convenção marcada ainda pelo anúncio de que a legenda daria um prazo de até 30 dias para decidir sobre a permanência ou não do partido na atual gestão.

Na esteira desse anúncio, o PMDB de Santa Catarina se antecipou ao prazo estipulado e declarou sua saída formal do Governo, com a devolução de cargos ocupados na administração federal. Na eminência de que outros diretórios estaduais fizessem o mesmo, o partido resolveu antecipar a decisão para o dia 29 de março.

Antes da convenção do PMDB, Lula chegou a se reunir com o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e outras lideranças do partido na Casa, no intuito de iniciar conversas para a reaproximação das duas legendas. Todavia, Renan também se reuniu com lideranças do PSDB no mesmo dia, quando foram discutidos caminhos para a atuação num eventual pós-impeachment. Outro momento de preocupação para o Palácio foi o discurso do senador Romero Jucá (PMDB/RR) no Plenário do Senado na semana após a convenção para afirmar o novo posicionamento do PMDB.

O receio do Palácio do Planalto é que o cada vez mais próximo desembarque do Governo por parte do PMDB inspire outros partidos da base a seguirem o mesmo caminho. Em reação à piora no cenário, o **PRB** anunciou sua saída, além de abrir mão do Ministério do Esporte, ocupado até então por George Hilton (MG). Pelo **PR**, o senador Blairo Maggi (MT), um dos líderes do partido, já afirmou ser a favor do impeachment. Também à frente de Ministérios, **PP**, **PTB** e **PSD** mostraram-se divididos com relação ao apoio ao Governo neste momento.

Os desdobramentos das investigações da Lava Jato também resultaram na substituição do Ministro da Justiça, **José Eduardo Cardozo**, que vinha sofrendo críticas dos membros do PT por não conseguir “controlar” a Política Federal nas investigações da Lava Jato. Cardozo foi transferido para a Advocacia Geral da União (AGU), no lugar de Luis Inácio Adams, que deixou o Governo. Já a vaga de ministro da Justiça foi alvo de grande polêmica, em razão da nomeação de Wellington Lima e Silva, então procurador do Estado da Bahia. Como a Constituição veda que membros do Ministério Público ocupem cargos no Poder Executivo, questão referendada por decisão do STF sobre o caso, Wellington decidiu renunciar ao cargo, que passou a ser ocupado por Eugênio Aragão, então subprocurador-geral da República.

Visando garantir o apoio de parte do PMDB da Câmara, Dilma nomeou ainda o deputado Mauro Lopes (PMDB/MG) para a Secretaria de Aviação Civil. Lopes aceitou o cargo à revelia da decisão da direção nacional do partido, que então abriu processo para sua expulsão.



A piora no quadro de governabilidade e os desdobramentos da Lava Jato também afetaram o clima no Congresso Nacional quanto à aprovação do **processo de impeachment presidencial**. Na Câmara, o número de parlamentares fiéis ao Governo reduziu drasticamente na contagem do Palácio do Planalto e agora estariam longe do quórum necessário para rejeitar em Plenário um eventual parecer favorável ao impeachment. Já o Senado, considerado o porto-seguro de Dilma em 2015, inspira cuidados do Planalto após o novo posicionamento do PMDB.

As primeiras sondagens com os membros da **Comissão Especial do Impeachment** da Câmara apontam para uma tendência de aprovação. Todavia, as primeiras contagens são apertadas e apresentam grande variação entre si, trazendo ainda um número significativo de deputados “indecisos”. A Comissão é presidida pelo deputado Rogério Rosso (PSD/DF) e relatada pelo deputado Jovair Arantes (PTB/GO) – ambos de partidos oficialmente da base aliada, mas suscetíveis a mudanças.

Sobre o processo de impedimento da presidente, é preciso destacar ainda que as **Eleições Municipais de outubro** devem pressionar os parlamentares a apoiarem o impeachment em alinhamento às manifestações populares nesse sentido – destacando pesquisa divulgada recentemente pelo DataFolha que apontou que 68% dos entrevistados são a favor do

impeachment. Outro elemento importante nessa votação é que os parlamentares manifestam a percepção de que, após iniciado formalmente o processo e sinalizada uma tendência de sua continuidade, será muito difícil a manutenção do apoio ao governo de quem não esteja diretamente ligado à administração petista, sob pena de terem sua imagem associada à Presidente neste momento negativo.

A **manifestação de apoio formal ao impeachment por parte de diversas entidades** também marcou o cenário político nas últimas semanas. Em seus discursos, buscaram apontar que o País precisa avançar rapidamente na solução da crise política para poder tomar medidas eficazes de combate à crise econômica. Entre essas entidades estão as Federações de Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), do Rio de Janeiro (FIRJAN), do Rio Grande do Sul (FIERGS) e de São Paulo (FIESP); a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP); e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A expectativa dos **partidos de oposição e de parte do PMDB** é que com a deposição da presidente possa ser formado um governo com melhores condições de Governabilidade. Pelo processo de impeachment atualmente posto, o comando do País ficaria a cargo do vice-presidente Michel Temer – que tem procurado construir um bom diálogo com a oposição para uma aliança num eventual Governo sob seu comando.

Contudo, Temer também pode ter seu mandato caçado em virtude de processo em curso no **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** – com estimativa de conclusão somente em 2017 – que apura denúncias de irregularidades nas doações de campanha de sua chapa eleitoral com Dilma Rousseff, que teria recebido recursos oriundos dos desvios da Petrobras. Além disso, o vice-presidente também foi citado nas delações premiadas da operação Lava Jato, cujo resultado ainda é desconhecido.

Observa-se também que **a instabilidade política trazida pela operação Lava Jato não deve ser completamente resolvida com a troca no comando presidencial**, visto que diversos políticos de partidos variados foram, de alguma maneira, citados nas investigações. Apesar do atual foco no Poder Executivo e no PT, ressalta-se que os efeitos da operação Lava Jato são bem mais amplos. As diversas delações premiadas homologadas pela Justiça incluem o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha – este em situação avançada de investigação. As delações citam ainda o envolvimento de outros políticos de liderança dentro do PMDB, como os senadores Edson Lobão (MA), Romero Jucá (RR), Valdir Raupp (RO), Jader Barbalho (PA) e Eunício Oliveira (CE). Membros de outros partidos, como o PT, PP, PSB, PSDB e SD, também foram citados, incluindo o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG).

É válido lembrar que em meio à Lava Jato e à possibilidade de impeachment, o **Governo pouco produziu em 2016**. O Poder Executivo se pautou apenas pela continuidade de programas em vigor. A Câmara dos Deputados seguiu pelo mesmo caminho e até o momento não retomou o trabalho de suas Comissões Permanentes em virtude da demora da decisão final do STF sobre o rito do impeachment e da abertura de janela para troca de partidos que se encerrou em 18 de março. Já o Senado Federal, que vinha conseguindo manter seu ritmo de votações próximos da normalidade, demonstrou também que passará a sofrer maior influência do debate sobre o impeachment, como observado na última quinta (17), quando dedicou as atividades de Plenário a discussão desse tema.

Com o início da tramitação do processo de impeachment, essa situação de baixa produtividade dos Poderes Executivo e Legislativo deve ser agravada na medida em que a Presidente deve concentrar as próximas semanas na apresentação de sua defesa perante a Comissão Especial

do Impeachment na Câmara, enquanto que os deputados federais e senadores devem ser consumidos pelas negociações envolvendo o processo.

Por fim, destacamos também a **mudança na correlação de forças entre os partidos na Câmara dos Deputados** após o encerramento da janela para mudança partidária permitida pela Emenda Constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016, que resultou na mudança de 80 deputados divulgadas até o momento. O PMDB permaneceu como o maior partido com 69 deputados (anteriormente tinha 70), seguido pelo PT (que perdeu um deputado na janela de troca e ficou com 58). Com 49 deputados, o PP teve saldo positivo de 9 deputados e agora é a terceira maior bancada, à frente do PSDB (que perdeu 5 deputados e agora tem 48). Eles são seguidos por PR (que teve saldo positivo de 6 representantes e agora possui uma bancada de 40 deputados), e pelo PSD (que alcançou 33 deputados com o saldo positivo de 2 representantes).

Em meio ao crescimento das mobilizações sociais contrárias ao Governo Federal, o DEM seguiu o caminho inverso do PSDB e aumentou sua bancada de 21 para 27 deputados. Já o PMB, recém-criado que atraiu diversos políticos insatisfeitos com seus partidos atingindo 19 deputados, foi esvaziado com a liberdade para trocas partidárias e terminou o processo com apenas 1 deputado.

Câmara dos Deputados – Bancadas Partidárias

Partido	Eleição 2014		Antes EC 91		Atual
PMDB	66	+4	70	-1	69
PT	68	-9	59	-1	58
PP	38	+2	40	+9	49
PSDB	54	-1	53	-5	48
PR	34	-	34	+6	40
PSD	36	-5	31	+2	33
PSB	34	-	34	-3	31
DEM	21	-	21	+6	27
PRB	21	-1	20	+1	21
PDT	19	-2	17	+3	20
PTB	25	-4	21	-2	19
PSC	13	-	13	+1	14
SD	15	-	15	-1	14
PTN	4	+2	6	+7	13
PC do B	10	+2	12	+1	13
PPS	10	-	10	-1	9
PHS	5	-1	4	+3	7
PV	8	-3	5	+1	6
PSOL	5	-	5	+1	6
PROS	11	-2	9	-5	4
REDE	-	-	5	-	5
PT do B	2	+1	3	-	3
PSL	1	-	1	+1	2
PMB	-	-	19	-18	1
PEN	2	-	2	-1	1
PMN	3	-2	1	-1	-
PTC	2	-1	1	-1	-
PRP	3	-3	-	-	-
PSDC	2	-2	-	-	-
PRTB	1	-1	-	-	-

Segue abaixo breve resumo da tramitação do processo de impeachment presidencial e a Composição da Comissão Especial do Impeachment da Câmara dos Deputados, com a sinalização do posicionamento dos titulares segundo levantamentos preliminares. Esses levantamentos ainda não contemplam a opinião dos suplentes.

Tramitação Pedido de Impeachment Presidencial

Câmara dos Deputados

1. Comissão Especial

▶ Formada por **65 deputados** titulares, e igual número de suplentes, de todos os partidos, em número proporcional ao tamanho da bancada de cada legenda.

▶ Cumpre à Comissão dar parecer pela abertura ou não do processo de impeachment, que seguirá para apreciação do Plenário da Casa.

2. Prazo de Defesa

▶ A presidente terá prazo de **10 sessões** do Plenário da Câmara para se defender perante a Comissão.

▶ Visando acelerar esse prazo, a oposição deve manter um quórum mínimo de deputados (51) em Brasília nas segundas e sextas para que sejam contabilizadas sessões nesses dias, além das sessões geralmente realizadas de terça a quinta.

▶ Assim, espera-se que o **prazo para defesa se encerre na primeira semana de abril**.

3. Prazo na Comissão

▶ Após a manifestação da defesa, a Comissão terá prazo de **5 sessões** do Plenário para votar o relatório final, com parecer favorável ou contrário à abertura do processo.

▶ Há possibilidade que o prazo se encerre ainda na segunda semana de abril.

4. Plenário da Câmara

▶ Depois de 48h da publicação da decisão da Comissão, o parecer, pela continuidade ou encerramento do processo, deve ser incluído para votação na sessão de Plenário do dia seguinte.

▶ Para que o processo de impeachment seja aberto, será necessário o apoio de pelo menos **342 dos 513 deputados federais** – dois terços do Plenário.

Senado Federal

5. Comissão Especial

▶ Primeiramente, cabe ao Senado decidir acerca da continuidade do processo aprovado pela Câmara.

▶ Para tanto, será eleita uma Comissão Especial formada por **20 senadores** de todos os partidos, em número proporcional ao tamanho da bancada de cada legenda, que deverá emitir parecer sobre o processo em até **10 dias**.

6. Plenário do Senado

▶ O parecer dessa Comissão deve então ser aprovado em Plenário por **41 dos 81 senadores** – maioria simples.

Afastamento

▶ Caso o Plenário aprove parecer pela continuidade, é aberto o processo de impeachment e a Presidente da República é afastada de suas funções **por 180 dias**, para ser processada e julgada pelo Senado.

7. Julgamento

▶ O julgamento da Presidente da República ocorre no Senado, numa sessão com discursos de acusação e defesa, sob o comando do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), **Ricardo Lewandowski**.

▶ Para condenar a presidente, é necessário o voto de **54 dos 81 senadores** – dois terços do Plenário.

▶ Se absolvida, a Presidente da República reassume imediatamente.

8. Impeachment

Pena

▶ Em caso de condenação, a presidente perde o mandato e pode ficar inelegível por oito anos

Novo presidente

▶ O vice-presidente assume o cargo, com a missão de concluir o mandato da presidente afastada.

Novo eleição

▶ Há possibilidade de novas eleições apenas se o vice-presidente também for alvo de impeachment ou cassação.

▶ Nesse caso, se o afastamento ocorrer nos primeiros dois anos do mandato, são realizadas novas eleições diretas. Se for na outra metade do mandato, cabe ao Congresso escolher o novo presidente.

Presidente interino

▶ Se houver a necessidade de convocar novas eleições, o presidente da Câmara dos Deputados assumirá o governo interinamente, até que um novo presidente seja eleito.

Linha Sucessória Presidencial

▶ Em caso de renúncia ou deposição da Presidente, a linha sucessória presidencial é a que se segue:

- 1 - Vice-Presidente da República
- 2 - Presidente da Câmara dos Deputados
- 3 - Presidente do Senado Federal
- 4 - Presidente do STF

Câmara dos Deputados – Comissão Especial do Impeachment

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB - PP - PTB - DEM - PRB - SD - PSC - PHS - PTN - PMN - PRP - PSDC - PEN - PRTB			
1. Aginaldo Ribeiro (PP/PB) contra	1. Alberto Filho (PMDB/MA)	1. Alberto Filho (PMDB/MA)	
2. Bacelar (PTN/BA) indefinido	2. Aluisio Mendes (PTN/MA)	2. Aluisio Mendes (PTN/MA)	
3. Benito Gama (PTB/BA) a favor	3. André Fufuca (PP/MA)	3. André Fufuca (PP/MA)	
4. Eduardo Bolsonaro (PSC/SP) a favor	4. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	4. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	
5. Elmar Nascimento (DEM/BA) a favor	5. Carlos Marun (PMDB/MS)	5. Carlos Marun (PMDB/MS)	
6. Fernando Francischini (SD/PR) a favor	6. Cleber Verde (PRB/MA)	6. Cleber Verde (PRB/MA)	
7. Jerônimo Goergen (PP/RS) a favor	7. Elcione Barbalho (PMDB/PA)	7. Elcione Barbalho (PMDB/PA)	
8. Jhonatan de Jesus (PRB/RR) indefinido	8. Erivelton Santana (PSC/BA)	8. Erivelton Santana (PSC/BA)	
9. João Marcelo (PMDB/MA) contra	9. Fernando Monteiro (PP/PE)	9. Fernando Monteiro (PP/PE)	
10. Jovair Arantes (PTB/GO) indefinido	10. Genecias Noronha (SD/CE)	10. Genecias Noronha (SD/CE)	
11. Julio Lopes (PP/RJ) a favor	11. Hildo Rocha (PMDB/MA)	11. Hildo Rocha (PMDB/MA)	
12. Junior Marreca (PEN/MA) contra	12. Irmão Lazaro (PSC/BA)	12. Irmão Lazaro (PSC/BA)	
13. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) contra	13. Laudivio Carvalho (SD/MG)	13. Laudivio Carvalho (SD/MG)	
14. Leonardo Quintão (PMDB/MG) a favor	14. Lelo Coimbra (PMDB/ES)	14. Lelo Coimbra (PMDB/ES)	
15. Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) a favor	15. Luis Carlos Heinze (PP/RS)	15. Luis Carlos Heinze (PP/RS)	
16. Luiz Carlos Busato (PTB/RS) a favor	16. Macedo (PP/CE)	16. Macedo (PP/CE)	
17. Marcelo Aro (PHS/MG) a favor	17. Mandetta (DEM/MS)	17. Mandetta (DEM/MS)	
18. Marcelo Squassoni (PRB/SP) a favor	18. Manoel Junior (PMDB/PB)	18. Manoel Junior (PMDB/PB)	
19. Mauro Mariani (PMDB/SC) a favor	19. Marx Beltrão (PMDB/AL)	19. Marx Beltrão (PMDB/AL)	
20. Mendonça Filho (DEM/PE) a favor	20. Moroni Torgan (DEM/CE)	20. Moroni Torgan (DEM/CE)	
21. Osmar Terra (PMDB/RS) a favor	21. Odelmo Leão (PP/MG)	21. Odelmo Leão (PP/MG)	
22. Paulo Maluf (PP/SP) contra	22. Paes Landim (PTB/PI)	22. Paes Landim (PTB/PI)	
23. Paulo Pereira da Silva (SD/SP) a favor	23. Pastor Eurico (PHS/PE)	23. Pastor Eurico (PHS/PE)	
24. Pr. Marco Feliciano (PSC/SP) a favor	24. Pedro Fernandes (PTB/MA)	24. Pedro Fernandes (PTB/MA)	
25. Roberto Britto (PP/BA) contra	25. Professor Victório Galli (PSC/MT)	25. Professor Victório Galli (PSC/MT)	
26. Rodrigo Maia (DEM/RJ) a favor	26. Ronaldo Martins (PRB/CE)	26. Ronaldo Martins (PRB/CE)	
27. Valtenir Pereira (PMDB/MT) contra	27. Vitor Valim (PMDB/CE)	27. Vitor Valim (PMDB/CE)	
28. Washington Reis (PMDB/RJ) contra	Vaga do Deputado do PT/PSD/PR/PROS/PCdoB		
PT - PSD - PR - PROS - PCdoB			
29. Arlindo Chinaglia (PT/SP) contra	28. Aelton Freitas (PR/MG)	28. Aelton Freitas (PR/MG)	
30. Edio Lopes (PR/RR) indefinido	29. Assis Carvalho (PT/PI)	29. Assis Carvalho (PT/PI)	
31. Eros Biondini (PROS/MG) a favor	30. Benedita da Silva (PT/RJ)	30. Benedita da Silva (PT/RJ)	
32. Henrique Fontana (PT/RS) contra	31. Bohn Gass (PT/RS)	31. Bohn Gass (PT/RS)	
33. Jandira Feghali (PCdoB/RJ) contra	32. Carlos Zarattini (PT/SP)	32. Carlos Zarattini (PT/SP)	
34. José Mentor (PT/SP) contra	33. Evandro Roman (PSD/PR)	33. Evandro Roman (PSD/PR)	
35. José Rocha (PR/BA) contra	34. Fernando Torres (PSD/BA)	34. Fernando Torres (PSD/BA)	
36. Júlio Cesar (PSD/PI) a favor	35. Gorete Pereira (PR/CE)	35. Gorete Pereira (PR/CE)	
37. Marcos Montes (PSD/MG) a favor	36. Goulart (PSD/SP)	36. Goulart (PSD/SP)	
38. Maurício Quintella Lessa (PR/AL) indefinido	37. Irajá Abreu (PSD/TO)	37. Irajá Abreu (PSD/TO)	
39. Paulo Magalhães (PSD/BA) contra	38. João Carlos Bacelar (PR/BA)	38. João Carlos Bacelar (PR/BA)	
40. Paulo Teixeira (PT/SP) contra	39. Luiz Sérgio (PT/RJ)	39. Luiz Sérgio (PT/RJ)	
41. Pepe Vargas (PT/RS) contra	40. Odorico Monteiro (PROS/CE)	40. Odorico Monteiro (PROS/CE)	
42. Rogério Rosso (PSD/DF) indefinido	41. Orlando Silva (PCdoB/SP)	41. Orlando Silva (PCdoB/SP)	
43. Ronaldo Fonseca (PROS/DF) a favor	42. Padre João (PT/MG)	42. Padre João (PT/MG)	
44. Vicente Candido (PT/SP) contra	43. Paulo Pimenta (PT/RS)	43. Paulo Pimenta (PT/RS)	
45. Wadiah Damous (PT/RJ) contra	44. Toninho Wandscheer (PROS/PR)	44. Toninho Wandscheer (PROS/PR)	

TITULARES	SUPLENTES
46. Zé Geraldo (PT/PA) contra	45. Valmir Assunção (PT/BA)
47. Zenaide Maia (PR/RN) contra	46. Wellington Roberto (PR/PB)
	47. Francisco Floriano (PR/RJ) (Vaga do deputado do PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/ PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB)
PSDB - PSB - PPS - PV	
48. Alex Manente (PPS/SP) a favor	48. Bruno Araújo (PSDB/PE)
49. Bebeto (PSB/BA) contra	49. Fábio Sousa (PSDB/GO)
50. Bruno Covas (PSDB/SP) a favor	50. Izalci (PSDB/DF)
51. Carlos Sampaio (PSDB/SP) a favor	51. Jhc (PSB/AL)
52. Danilo Forte (PSB/CE) a favor	52. João Fernando Coutinho (PSB/PE)
53. Evair de Melo (PV/ES) a favor	53. Jose Stédile (PSB/RS)
54. Fernando Coelho Filho (PSB/PE) a favor	54. Leandre (PV/PR)
55. Jutahy Junior (PSDB/BA) a favor	55. Mariana Carvalho (PSDB/RO)
56. Nilson Leitão (PSDB/MT) a favor	56. Paulo Foletto (PSB/ES)
57. Paulo Abi-ackel (PSDB/MG) a favor	57. Rocha (PSDB/AC)
58. Shéridan (PSDB/RR) a favor	58. Rogério Marinho (PSDB/RN)
59. Tadeu Alencar (PSB/PE) a favor	59. Sandro Alex (PPS/PR)
PDT	
60. Flavio Nogueira (PDT/PI) contra	60. Flávia Moraes (PDT/GO)
61. Weverton Rocha (PDT/MA) contra	61. Roberto Góes (PDT/AP)
PSOL	
62. Chico Alencar (PSOL/RJ) contra	62. Glauber Braga (PSOL/RJ)
PTdoB	
63. Silvio Costa (PTdoB/PE) contra	63. Franklin Lima (PTdoB/MG)
REDE	
64. Aliel Machado (REDE/PR) a favor	64. Alessandro Molon (REDE/RJ)
PMB	
65. Weliton Prado (PMB/MG) indefinido	65. Fábio Ramalho (PMB/MG)